

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: por onde caminha o debate?**SOCIAL WORK AND WORK: where is the debate going?****Einer Jesus Castro Cabarcas¹**

Resumo: Este artigo pretende problematizar a relação entre Serviço Social e trabalho, a partir do debate que vem sendo desenvolvido pela categoria profissional dos Assistentes Sociais no Brasil. Na atual conjuntura dos ataques aos direitos da classe trabalhadora na concretização do neoliberalismo com tendências ao fascismo e a importância dos profissionais em Serviço Social incluírem-se na luta dos trabalhadores. Para atingir este objetivo, foi realizada uma revisão de literatura a partir da análise crítica dos três principais expoentes teóricos que deram contribuições ao tema, quais sejam: Marilda Yamamoto (1992), Sérgio Lessa (2012) e Gilmaísa Costa (1999). Concluímos o texto apresentando alguns elementos que expressam nosso posicionamento em meio ao debate instalado.

62

Palavras chaves: Trabalho, Serviço Social, Profissão, Teorias.

Abstract: This article intends to discuss the relationship between Social Work and work, from the debate that has been developed by the professional category of Social Workers in Brazil. In the current conjuncture of the attacks against the rights of the working class in the concretization of neoliberalism with tendencies to the fascism and the importance of the professionals in Social Work include in the fight of the workers. In order to reach this objective, a review of the literature was made based on the critical analysis of the three main theoretical researchers that contributed to the theme, namely: Marilda Yamamoto (1992), Sérgio Lessa (2012) and Gilmaísa Costa (1999). We conclude the text presenting some elements that express our positioning on the debate installed.

Keywords: Work, Social Work, Profession, Theories.

¹ Graduando do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Bolsista de Iniciação Científica, Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842 - Bairro Itaipu A- Edifício Comercial Lorivo -CEP: 85866-000, Foz do Iguaçu (PR), Telefone: (45)991295252, e-mail: einer_brasil@hotmail.com, ORC ID: <https://orcid.org/0000-0002-3570-8258>

INTRODUÇÃO

A partir da produção teórica de Iamamoto e Carvalho (1991), publicada originalmente no início dos anos de 1980 no âmbito do Serviço Social, começou-se a discutir a prática profissional da profissão inserida em processos de trabalho. A importância que tem essa discussão para o Serviço Social se expressa, entre outros motivos, no debate constante que os mais diversos expoentes da categoria têm travado para tentar responder se a profissão é ou não é trabalho. Além disso, também ajuda a entender o posicionamento da categoria profissional conforme as discussões do papel que se tem na divisão social e técnica do trabalho, aos quais os profissionais em Serviço Social fazem parte.

Coloca que mediante esse processo se deve ter um objeto de estudo ou intervenção que no caso seria a questão social, como é a matéria prima do trabalho profissional e os meios seriam a instrumentalidade em Serviço Social. A atividade é a práxis profissional e no caso do produto tem-se o material que não é objetivo (ainda que interfira diretamente nas relações materiais existentes) e o ideológico que traz contribuições para disseminar valores e cultura em geral. Estes podem estar alinhados a uma perspectiva crítica da realidade ou, ao contrário, coadunar com os direcionamentos da categoria profissional.

Um dos autores que cria uma crítica forte as argumentações do texto de Iamamoto é o Sérgio Lessa, que em seu livro *“Porque o Serviço Social não é trabalho”* (2012), constrói sua análise a partir do pressuposto marxiano, segundo o qual os homens devem transformar a natureza para produzir os bens indispensáveis para reprodução da vida social. Na esteira dessa reflexão, Sérgio Lessa (2012) avança em sua concepção enfatizando que o Serviço Social não pode ser enquadrado como trabalho, constituindo-se em uma classe que auxilia a classe exploradora na reprodução das relações de expropriação dos trabalhadores.

Uma das autoras que também faz um posicionamento distinto é a Gilmaísa Costa (1999), apoiada no constructo lukácsiano, a autora pensa a atividade profissional a partir de uma base teleológica secundária, pois é dirigida ao cotidiano da vida social. Gilmaísa (1999) consegue entender que as relações produtivas próprias do sistema capitalista, no Serviço Social, são de ideologia restrita que tem

posicionamento de como o ser humano genérico assume sua forma de ideologia, pois é mediante as ideologias que se consegue entender as respostas aos problemas da realidade cotidiana que vão exigir do sujeito a ter divergências de transformar ou não a sua realidade específica. O Serviço Social é um complexo ideológico que transita entre ideologia pura e restrita.

Então é importante ver os distintos fatores que vão terminar uma discussão que precisa ser claramente trazida nas discussões na matriz curricular das escolas de pensamento do Serviço Social e também no exercício profissional.

1. Serviço Social como trabalho: a concepção de Marilda lamamoto.

A explicitação da relação entre Serviço Social e trabalho, a partir da obra de Marilda lamamoto é construída tendo como base as categorias e o acúmulo teórico-metodológico marxiano. Assim, para formular sua concepção, a autora recorre ao entendimento de trabalho e de processos de trabalho presente em “O capital”.

Para Marx (1989), o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois a partir de uma relação mediada com a natureza, permite que os homens e mulheres consigam satisfazer suas necessidades históricas e, dessa forma, podem progredir enquanto Ser Social. Nesse sentido e corroborando com essa compreensão, lamamoto destaca que:

É pelo trabalho que o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ele material intelectual ou artístico. É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana. (IAMAMOTO, 1991, p. 59).

O ser humano então se diferencia dos demais animais, pois ao ter distintos processos que envolvem os meios, instrumentos e a práxis dentro do processo de trabalho. A citação supramencionada é importante, pois, a partir dela, podemos visualizar que lamamoto apresenta uma noção de trabalho que pode ser material, intelectual ou artístico, ou seja, para a autora em apreço o trabalho adquire uma

dimensão mais “ampla”. Tal noção será fundamental para pensar as mediações que enquadram o Serviço Social enquanto trabalho.

Qualquer processo de trabalho prescinde de três elementos centrais. Um deles é a matéria prima ou objeto, no caso, aquilo que se pretende transformar. Além disso, requisita mobilizar meios e/ou instrumentos para permitir a intervenção no objeto pretendido. O terceiro elemento do processo de trabalho é a atividade em si, ou seja, a força de trabalho em movimento para operacionalizar a ação teleológica mente projetada.

A partir da descrição dos elementos expostos acima, entendemos que o Serviço Social, enquanto trabalho, também pode ser pensado a partir de um exercício profissional que prescinde de objeto, de meios e instrumentos e da atividade em si, dos quais também resultará um produto. A partir de agora – e tendo em vista as contribuições de lamamoto, procuraremos desenvolver estas ideias.

Tentando particularizar esse debate, lamamoto (1991) traz um conceito baseado no que se refere ao processo de trabalho e como o Serviço Social faz parte dessa dinâmica. A autora apresenta que, mediante esse processo se deve ter um objeto de intervenção, no caso a “questão social”, materializada a partir de suas múltiplas expressões como fome, pobreza, etc. Como já é conhecido, o Serviço Social nasce desde que o Estado passa a necessitar de conter as demandas provocadas pelo surgimento desse fenômeno. Assim,

A insistência na questão social conforma a matéria prima do trabalho profissional, sendo a prática profissional compreendida como uma especialização do trabalho, participe de um processo de trabalho. (IAMAMOTO, 1991, p. 58).

Ao reconhecer o caráter público da questão social, o Estado vai necessitar de profissionais qualificados para atender as demandas daí oriundas. É nesse momento que a palavra “trabalho” vai se tornar importante para o Serviço Social, pois ao vender sua força de trabalho em troca de um salário temos a inserção profissional dentro das relações capitalistas, sendo também afetados pelas determinações e precarizações próprias do mundo do trabalho.

Dando continuidade a análise e no que se refere aos meios de trabalho, sabemos que o Assistente Social mobiliza, em seus processos de trabalho, um conjunto de técnicas e instrumentos (relatórios, pareceres, visitas domiciliares, etc.),

ou, para sermos mais precisos, a instrumentalidade. São esses meios que irão permitir, por parte do Assistente Social, o trato com o objeto da intervenção profissional. A atividade em si, seria a própria práxis profissional. Esse processo de trabalho, ao ser finalizado, geraria um produto material (que, para lamamoto (1992) não é objetivo), e um produto ideológico que traz valores da cultura do Serviço Social crítico.

Outro ponto importante a que lamamoto (1992) se refere é a noção de trabalhador coletivo. Nesse sentido, a depender do processo de trabalho e que o Assistente Social se insere como parte de um conjunto de sujeitos que trabalham para atingir uma mesma finalidade, ele pode estar mais ou menos próximo da criação de mais-valia, onde deriva-se sua qualificação enquanto trabalhador produtivo ou improdutivo.

2. Serviço Social não é trabalho! A concepção de Sérgio Lessa

66

No âmbito deste debate, Sérgio Lessa (2012), também apoiado em referências marxianas e marxistas, irá construir uma concepção da relação entre Serviço Social e trabalho divergente daquela exposta por Marilda lamamoto. Lessa (2012) parte do pressuposto segundo o qual o trabalho só se realiza no intercâmbio direto com a natureza e sua transformação. Em suas palavras:

O 'produto' do trabalho é 'uma matéria natural' transformada pela ação das 'forças naturais' da 'corporeidade' humana, 'braços e pernas, cabeça e mão'. Nem poderia ser diferente: o objeto de trabalho é a natureza porque o trabalho é a ação dos homens sobre a natureza. E este intercâmbio com a natureza, que só pode ser realizado por meio do trabalho dos 'braços e pernas, cabeça e mão' – por meio do trabalho manual (LESSA, 2012, p. 32).

Nesse sentido, baseado na argumentação do autor supramencionado, podemos depreender que o Serviço Social, ao não estabelecer uma relação direta na transformação da natureza, não pode ser considerado trabalho.

É interessante analisar como Sérgio Lessa (2012) pensa na ontologia do trabalho, que é possível a partir das transformações da natureza, pois se precisa de uma projeção da consciência que logo se materialize na prática, ou seja, no mundo

material. Assim, a capacidade de teleológica permite aos sujeitos projetar suas ações antes de objetivá-las. Neste ponto, estamos de acordo com o autor, mas acreditamos que os profissionais de Serviço Social operam nas transformações no sujeito que irão precisar de meios, instrumentos e, conseqüentemente gerar um produto final, que não necessariamente vai mudar ao objeto natural/material.

Quando o Sérgio Lessa (2012) discorre sobre o ponto de vista da “materialidade”, deixa de lado as profissões assalariadas de práxis secundária, pois a lógica que norteia o processo de trabalho estabelecido a partir do metabolismo entre homem e natureza (mais especificamente na linha de montagem industrial) são diferenciadas daquelas empregadas pelo Serviço Social. Conseqüentemente, para ele, não seria possível pensar processos de trabalho estabelecidos pelo Assistente Social a partir da intervenção em meio à questão social, da utilização de documentações ou instrumentos no exercício profissional, como relatórios, parecer social, dentre outros, e da própria atividade em si.

Para Sérgio Lessa (2012) o trabalho é categoria fundante do ser social. Isso não nega a existência de outras formas de práxis, mas também não deixa perder de vista que o trabalho é diferenciado em relação às outras formas de atividade humana, a exemplo àquelas realizadas pelas profissões.

67

A práxis social que não é um trabalho exerce uma função em tudo distinta da função do trabalho. Realizam e reproduzem as relações dos homens entre si, e não entre os homens e a natureza. Elas atuam na organização dos homens entre si de tal modo a atenderem às necessidades que, de forma predominante (o, que, portanto, não quer dizer exclusiva, brotam da reprodução da base material – do trabalho. (LESSA, 2012, p. 47).

Assim para o autor, a demanda da questão social tem uma coesão clara que a própria sociedade não se classifica como um objeto natural de intervenção. Uma das diferenças centrais que o autor aponta é que o operário atua em meio a um objeto inanimado, enquanto os Assistentes Sociais atuam em meio aos seres com consciência. Assim, ele diferencia a práxis primária da práxis social, onde a práxis do Assistente Social é distinta ao operariado, porque mesmo continue trabalhando na linha de montagem a práxis não vai mudar só o objeto que quer transformar.

Do mesmo modo, para Sérgio Lessa (2012) igualar o Serviço Social e outras áreas (como a educação) ao trabalho significa equiparar o intercâmbio orgânico do

homem com a natureza, pois foge da função social do trabalho. Ainda acrescenta que defender a perspectiva de que o Serviço Social é trabalho faz com que exista um distanciamento do pensamento e das ideias marxianas na análise da temática.

Mas, diante disso, questionamos: por que não reconhecer que existe um processo do trabalho no Serviço Social? Por que não é possível pensar nas particularidades que existem na intervenção profissional do Serviço Social a partir dos processos de trabalho em que se insere?

Argumentar que o papel das profissões que não transformam a natureza é simplesmente de reprodução da vida social, faz pensar então que também existe reprodução enquanto o trabalhador transforma a natureza, o único que vai mudar é a concepção da sociedade capitalista que entende que mediante o trabalho se pode obter a mais valia, mas pensar que o trabalho também é uma reprodução social que humaniza o ser humano, as argumentações postas pelo Sérgio Lessa (2012) fazem pensar que se “ameniza” a função social das outras profissões no processo produtivo que vai além da sociedade burguesa do trabalho.

68

Ao pensar no mesmo processo produtivo para o capitalismo a obtenção de um determinado produto gera mais valia que logo pode ser explorado pelo capitalista, mais profissionais como os Assistentes Sociais, no processo de obtenção da mais valia também vai ter suas caracterizações.

Quando o Sérgio Lessa (2012) fala das classes sociais coloca ao Serviço Social numa contradição: todos os assalariados (não proletários) vivem da riqueza que se originou da transformação da natureza pelos operários do campo e da cidade.

Então os Assistentes Sociais são uma classe diferenciada das demais profissões que tem relações burguesas de exploração da mais valia do trabalho. E onde as profissões que não transformam a natureza viram segundo o Sérgio Lessa (2012) parte das classes de transição, podendo ser caracterizadas como uma fração da “pequena burguesia”. Para ele, esta classe “[...] tal como a burguesia, vive da riqueza produzida pelo proletariado e, portanto, faz parte da porção parasitária da sociedade; todavia, diferente da burguesia (LESSA, 2012, p. 56)”.

Em sua linha de raciocínio, a pequena burguesia se apropria diretamente da mais valia do trabalhador, vivendo da riqueza socialmente produzida pelo proletário. Todavia é preciso não perder de vista que as classes assalariadas (independentemente da posição que ocupam no processo produtivo) também sofrem os efeitos da exploração próprios do sistema capitalista. Ao se reconhecer como classe trabalhadora que está inserida na divisão social técnica do trabalho esses sujeitos também sofrem, em maior ou menor intensidade, os efeitos da exploração-opressão. Concordamos que os processos sejam diferenciados porque as relações de produção são diferentes, mas criar uma divisão de classe e chamar de pequena burguesia rompe com a luta mais geral dos trabalhadores. Como colocou Marx na última frase do *manifesto comunista*: “proletários de todos os países, uni-vos” [...]. (MARX; ENGELS, 1845, p.65)

A respeito das divergências apresentadas até aqui, concorda-se que o autor aponta que as profissões têm um determinado papel na sociedade do capital, mais aquele papel não é posto na sociedade capitalista? Elas podem não reproduzir aqueles ideais de reprodução? Entendemos que se possam criar aspectos próprios teleológicos e diferentes das práxis sociais até porque o processo de transformação e o objeto não são o mesmo e vão precisar de práxis diferenciadas. Não se deve colocar a práxis social com privilégios de uma determinada profissão, pois mesma que elas tenham um papel diferenciador no processo de obtenção, da mais valia, no final das contas cada uma delas vão ajudar na reprodução e produção do aproveitamento capitalista, pois todos os que não temos os meios de produção, somos trabalhadores mesmo que nossas relações sociais de produção sejam diferenciadas.

69

3. O Serviço Social como ideologia: a concepção de Gilmaísa Costa

Por fim, outra concepção que está presente do debate profissional é aquela produzida pela professora Gilmaísa Costa (2000). O ponto de partida de sua abordagem está no reconhecimento da “questão social” enquanto fenômeno que explica a existência do Serviço Social.

Articulada à concepção de Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho da sociedade burguesa, a questão social é apreendida como base de fundamentação do Serviço Social e como objeto de sua atuação [...] [Assim,] a relação entre questão social e a prática profissional dos Assistentes Sociais é compreendida como uma resposta operacionalizada no limiar da contradição entre a produção da desigualdade e a produção da rebeldia e da resistência dos sujeitos sociais às condições materiais de existência social (COSTA, 2000, p. 18-20)

Nesse sentido, a questão social pode ser configurada a partir de três dimensões articuladas. Como são os determinantes essenciais de acumulação capitalista e a geração da pobreza, a reação dos trabalhadores através da luta de classe contra a exploração do trabalho e as respostas do Estado mediante a conservação da sociedade e na contenção de conflitos entre classes sociais.

Dessa forma, quando se instauram os conflitos sociais abre-se margem para que se desenvolva uma dimensão ideológica, a partir do próprio desenvolvimento da prática profissional. Para a Gilmaisa (1990) a ideologia tem origem no cotidiano mais imediato da vida social, que auxilia a conscientização e opera nas práticas do ser social.

A ideologia ajuda a criar interesses contraditórios para o desenvolvimento social que as instituições autônomas regem e operacionalizam. Ao ter relações contraditórias que o capitalismo cria a partir da questão social, várias outras problemáticas vão girar ao redor da contradição, porque se existem instituições como o Estado que tem uma mediação entre as classes e como ela reage tem muito depender de sua relação. Nesse sentido, enfatiza a autora:

As ideologias são respostas a problemas da realidade cotidiana que exigem do sujeito pensamento e ação dirigida a transformar (ou a manter) uma realidade específica. Mas a ação sobre essa realidade específica se dirige à consciência dos indivíduos. Neste sentido se volta a todo um campo de reações desejadas e não desejadas que os indivíduos e grupos humanos manifestem ante os problemas que permeiam os vários níveis de sua existência. (COSTA, 1999, p. 54).

Como já foi enfatizado em outro momento, o Serviço Social se encontra numa sociedade cuja razão de existência repousa sobre os efeitos provocados a partir da organização econômica, então os conflitos de classe são expressos entre a contradição entre capital e trabalho. Nesse viés, Costa (1999) defende que pode haver processos de mudanças ancorados nesta base ideológica, assim “[...] é nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que

trabalham os Assistentes Sociais, situados nesse terreno movido por interesses distintos” (COSTA, 1999, p. 152).

Ao existir relações de ideologia que permeiam o Serviço Social. Nesse item a autora faz vários apontamentos para definir a divisão das ideologias, para ela o Serviço Social é um complexo ideológico que transita entre ideologia restrita e ideologia pura.

A ideologia restrita responde aos conflitos derivados do contexto produtivo, pois se tem uma intermediação no campo econômico dominante. A ideologia pura diverge entre o modo a serem relacionados pelo ser humano, pois é uma forma mais elevada para compreender ambas as resoluções do conflito, não possuem aparato institucional próprio e particular a partir de possuir certa intenção de ruptura na individualização dos problemas sociais na intervenção da questão social sob a ordem capitalista. (COSTA, 1999, p. 177).

Pensar os distintos processos na prática social faz refletir que existe sim, uma função ideológica que responde a determinadas ações e que convivem entre ideologias restritas e puras. A argumentação da autora apresenta alguns pontos interessantes no momento de pensar o trabalho, uma vez que existe um processo diferenciado na prática profissional. Isso significa, segundo Costa (1999), que o Serviço Social reage na realidade, tendo por base o momento a partir do qual operam como posição teleológica secundária.

Assim, no que tange especificamente ao trabalho Costa (1999) coloca que é necessário transformar a natureza para serem reconhecidas como trabalho, algumas de suas teses apontam uma definição clara e respeitável do papel do Serviço Social na sociedade, contudo mesmo que as relações tenham uma dimensão ideológica, existe todo um processo teleológico no exercício profissional, próprio do ser social que precisa ser colocado em discussão.

Também é importante que a autora reconheça a importância da questão social na prática profissional, pois é sob ela que os Assistentes Sociais vão trabalhar no atendimento e a partir daí começa a desenvolver sua teoria para entender o papel do serviço no trabalho.

4. Os desafios do debate para o Serviço Social

O Serviço Social se encontra na divisão social e técnica do trabalho reafirmado no projeto ético político da profissão. Porém existem diversificações de estruturas sociais determinantes no processo de trabalho dos Assistentes Sociais. Pensar o trabalho atualmente na profissão determina um posicionamento político diante das adversidades que vem sofrendo a classe trabalhadora em geral. Existe dentro da categoria acadêmica um debate que deve ser discutido pelos discentes e profissionais no que discorre aos apontamentos do trabalho dos Assistentes Sociais e sua importância dentro dos processos de reprodução na sociedade capitalista.

Falar que o Serviço Social “não é trabalho”, o coloca fora da classe trabalhadora criando uma problemática concreta, tendo em vista a atual “materialização da barbárie do capital na acumulação dos meios de produção numa conjuntura do neoliberalismo com tendências ao subimperialismo em aberto para ataques aos trabalhadores” [...] (IAMAMOTO, 2015, P.255). Analisamos que o Serviço Social tem como desafio estruturar sua falta metodológica dentro da profissão que não conversa diretamente com o método marxista tradicional nas intervenções e na formação profissional. A Iamamoto (2015) ainda acrescenta que o “trabalho dos Assistentes Sociais deve ir além do trabalho concreto e determinar uma estrutura de qualidade que satisfaz necessidades sociais lembrando o foco central das discussões do debate da década de 80-2000 no Serviço Social”. [...] (IAMAMOTO, 2015, P. 257)

Nas diretrizes curriculares do Serviço Social (1996) no item 3.1.3 dos núcleos e fundamentos do trabalho profissional argumenta-se:

Os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho.

A formação dos Assistentes Sociais desenvolve satisfatoriamente seu cúmulo teórico metodológico e ético político mais nossa crítica se direciona na aplicação técnica-operativa materializada nas dificuldades estruturais da ausência de metodologia profissional, porém as ideias de que o Serviço Social “não seja trabalho”, se materializam, no entanto essa revelação pode ser o fator determinante

para que o entendimento do trabalho seja explicado erroneamente na atual discussão acadêmica e na intervenção profissional.

A individualidade é outra temática importante para ser reforçada dentro do discurso do trabalho. “O ser social genérico depende da atividade coletiva dada pelo próprio trabalho no processo produtivo” [...] (IAMAMOTO, 2015, p.353). Pensar nas distintas funções que o próprio trabalho gera logo a aproximação do processo mesmo no seu produto: “igualdade, liberdade, reciprocidade e interesse privado, que encontram no mercado o seu fundamento, mas cujo desvendamento implica dar um mergulho no processo imediato de produção” [...] (IAMAMOTO, 2015, p.357). Trabalho vai além da sociedade do capital porque é nela que o produto consegue determinar seu valor de troca. É a sociedade capitalista que gera a individualidade do sujeito e coloca dificuldades para se concretizar o trabalho coletivo, aliás, o Serviço Social como profissão interventiva deve concretiza-lo na pratica profissional, além de compreender que se necessita do coletivo para reafirmasse o trabalho como um conjunto.

A categoria precisa discutir trabalho e intervenção com propriedade (defendendo suas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas) na atuação profissional, deve-se superar o discurso do trabalho e aprimorar os conteúdos críticos que auxiliam contra os ataques aos trabalhadores em geral incluindo aos Assistentes Sociais no “processo de privatização do Estado democrático, com a ampliação dos monopólios financeiros agravando o empobrecimento e a exploração dos trabalhadores”, [...] (NETTO; BRAZ, 2011, p. 237-238).

Considerações Finais

O trabalho foi sempre colocado em discussão como aquele que é recompensado por um salário. Quando se criam conceitos ou se discutem novas perspectivas os autores da teoria crítica começam ter divergências abordando o conceito no Serviço Social.

No caso da leitura da obra de lamamoto (1992), depreendemos que ela traz um conceito baseado no que se refere ao processo de trabalho e como o Serviço Social

faz parte desse elemento. lamamoto (1992) pensa em uma cultura profissional que possa analisar a profissão e como deve abordar os modos de atuação. Coloca que mediante esse processo se deve ter um objeto de estudo ou intervenção que no caso seria a questão social e suas múltiplas expressões, ou por assim dizer a matéria prima do trabalho profissional. Os meios/instrumentos seriam a instrumentalidade como articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-políticas e técnico-operativa. A atividade é a práxis profissional e, no caso do produto, tem-se o objetivo ideológico que traz valores e cultura em geral. A teoria de lamamoto (1992) é a única que acompanha nosso raciocínio de pensamento, pois ela tenta colocar o Serviço Social dentro do sistema produtivo que não necessariamente cria mais valia diretamente na indústria, mas que segue entender o caminho da reprodução do capital.

Lessa (2012) já tenta desconstruir os pontos apresentados pela lamamoto e coloca que o Serviço Social não é trabalho porque não transforma diretamente a natureza. Para ele o objeto o qual é colocado (questão social), não é um elemento natural material que possa ser transformado pela mão humana, mas coloca também que a questão social é um instrumento de transformação social. Quando se fala dos meios Lessa (2012) coloca que não tem precisão, uma vez que lamamoto coloca vários meios que fazem parte do processo. O acordo das ideias entre os autores esta na práxis, mas ele diferencia, pois vai ter a práxis do operário, porque transforma a matéria e a práxis do Assistente Social que transforma as relações sociais diferentes da matéria natural. No produto Lessa (2012) fala que não tem, e faz uma crítica à noção de objetividade social, pois o produto que se refere, não é material.

O mesmo autor baseia-se no único pressuposto de Marx, em que os homens devem transformar a natureza para produzir os bens indispensáveis. Para Lessa (2012) os meios são: os braços, pernas, mãos e cabeça mediante do trabalho manual. Para o autor o Serviço Social auxilia a classe exploradora na reprodução das relações de expropriação dos trabalhadores. Também argumenta que os Assistentes Sociais são uma parte da porção parasita da sociedade porque não produzem riqueza e vivem da riqueza produzida pelos operários. Todavia Lessa (2012) não considera que na atualidade os distintos postos de trabalho estão uma dualidade de reprodução do sistema capitalista. Os Assistentes Sociais também

vendem sua força de trabalho e ao não ter uma relação direta com a indústria que gera mais valia ele transforma mediante a práxis algumas relações que direta ou indiretamente beneficia ao sistema (ou não) no seu produto.

Lessa (2012) defende que a partir da exploração da mais valia do trabalhador uma parcela da riqueza produzida também vai para os salários dos empregados do Estado que é uma instituição utilizada pela burguesia e onde os profissionais de Serviço Social fazem parte. Não considera que os Assistentes Sociais também pagam impostos e estão dentro da exploração. Quando fala que existe uma “classe de transição” onde o Assistente Social está inserido para Lessa (2012) parece que se coloca que algum dia os empregadores públicos vão virar burgueses, quando na realidade não é bem assim.

Com esta concepção acreditamos que Lessa (2012) enfraquece a luta revolucionária dos trabalhadores desde uma perspectiva restrita que pode contribuir para diminuir o alcance das lutas coletivas, pois mistifica a existência de uma classe que se apropria indiretamente da riqueza, quando ele só faz parte do processo de venda da própria força de trabalho seja ela não diretamente na indústria transformando a natureza. É outro sistema de exploração que sai das empresas e vira o trabalho não material em reprodução e produção de mais valia indireta.

Já Costa (1999) parte de uma relação entre o Serviço Social e a questão social, fala de vários conceitos e logo expõe que as definições da questão social sofrem desdobramentos interessantes partindo da teoria de Lukács, onde os pensamentos humanos subsidiam uma relação de ideologia no que se refere à questão social. Porque ao ter um conflito social a ideologia se converte num veículo prático para combatê-las. Para Costa (1999) o Serviço Social ao participar nessa relação de conflitos busca que o indivíduo mediante processos educativos adquira um posicionamento político inserindo-se nas lutas por melhorias de condições.

Ao que se refere de complexo ideológico restrito como o direito e a política respondem mais apropriadamente aos conflitos sociais derivados do contexto produtivo, Costa (1999) situa numa fronteira entre a atividade econômica e a generalização dos interesses de classe e quanto à ideologia pura como as filosofias, artes e a ética que ultrapassam a imediatividade cotidiana, não pode e não pretende exercer qualquer ação direta sobre o campo econômico e sobre as estruturas que

estão em ele relacionados. Para Costa (1999) o Serviço Social não é trabalho, pois só reproduz ideologias no seu processo profissional. O Serviço Social não se constitui no interior da sociedade porque não tem estrutura própria e particular, pois ela depende dos processos societários.

Partindo da perspectiva que o Serviço Social é ou não trabalho, os distintos autores trazem ideias interessantes. Em nosso entendimento, o conceito apresentado por lamamoto (1992) é o mais completo, pois tenta estruturar a prática profissional dentro da divisão sócio técnica do trabalho, na qual os Assistentes Sociais também vendem sua força de trabalho constituindo-se parte da classe trabalhadora. Concordo com alguns dos pontos apresentados por Lessa (2012), no que tange a não especificidade dos instrumentos ou meios de trabalho na obra de lamamoto, por outro lado, pensamos que o trabalho não se faz somente na indústria ou transformando a natureza diretamente. No que diz respeito à Costa (1999), sua contribuição nos auxilia a entender o significado do complexo ideológico, indicando que a prática profissional precisa ter um posicionamento diante das realidades postas pelos sujeitos no trabalho com vistas a criar soluções sociais para as situações com as quais nos deparamos no cotidiano.

76

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes Curriculares nº01, de novembro de 1996. Abepss diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, RJ, no. 1996. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf
Acesso em: 31 mar. 2019.

COSTA, Gilmaisa **Trabalho e serviço social**: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

_____ **“Aproximação do Serviço Social como Complexo Ideológico”**. Temporalis, n. 1, ABEPSS, 2000.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8ª ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1991.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015, 9 ed.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 01. O processo de produção do capital. Volume II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1989.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

NETTO, J, P; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, (biblioteca básica serviço social; V.1), 2011.